

PROPOSTA Nº 58 / CM / 2020



Exmo. Senhor
 Dr. José Augusto de Carvalho
 Presidente da Assembleia Municipal de
 Torres Vedras

s/ comunicação v/ referência n/ referência n.º de ofício data

5253 19-OUT-20

Assunto: IMI – Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis respeitantes ao ano de 2020:

A câmara, em sua reunião de 13/10/2020 deliberou, por unanimidade, propor a esse órgão deliberativo a fixação das taxas do IMI respeitantes ao ano de 2020 (a aplicar em 2021) conforme se indica:

- Prédios urbanos – 0,35%;

Nos termos do n.º 1 do artigo 112-A do Código do IMI, os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, podem fixar uma redução da taxa do IMI que vigorar no ano a que respeita o imposto, a aplicar ao prédio ou parte do prédio urbano destinado a habitação própria e permanente, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar.

Assim, a câmara deliberou por unanimidade, propor à assembleia municipal a seguinte redução:

- 1 dependente a cargo – € 20,00
- 2 dependentes a cargo – € 40,00
- 3 ou mais dependentes a cargo – € 70,00

Tendo presente a competência da assembleia municipal prevista na alínea d), do n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, solicita-se a V. Exa. o agendamento deste assunto para a próxima sessão desse órgão.

Com os melhores cumprimentos.

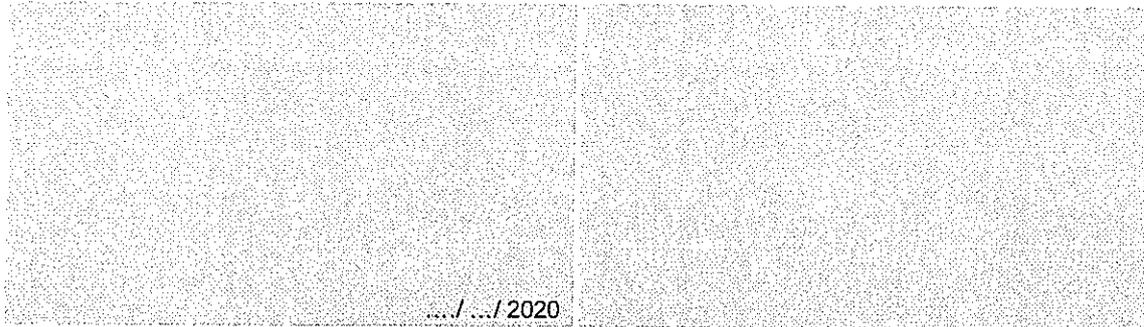
O Presidente da Câmara Municipal,

Carlos Manuel Antunes Bernardes

Anexo: 1 informação

MFF

DESPACHO:



De: DF – João Filipe Batista Cordeiro
Para: Sra. Vice-Presidente
C/C:
N.º processo: Informação 31/DF/2020 Data: 06/10/2020

Assunto:

IMI – Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis respeitantes ao ano 2020

1 - O n.º 1 do art.º 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis estabelece as taxas do Imposto, assim:

- a) Prédios rústicos: 0,8%
- c) Prédios Urbanos: de 0,3% a 0,45%

2 – Determina o n.º 5 do artigo antes citado que, os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, **fixam a taxa para os prédios urbanos a aplicar em cada ano, dentro do intervalo previsto, podendo esta ser fixada por freguesia.**

3 – A taxa de IMI aprovada para os últimos 3 anos foi de 0,4%.

4 – Importa ainda referir que:

- A taxa prevista para os prédios urbanos, é elevada, anualmente, ao triplo nos casos de prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano, ou prédios em ruínas, ou prédios urbanos parcialmente devolutos (n.º 3, art.º 112º do CIMI).

- "Para os prédios que sejam propriedade de entidades que tenham domicílio fiscal em país, território ou região sujeito a regime fiscal claramente mais favorável, constantes de lista aprovada por portaria do Ministro das Finanças, a taxa do imposto é de 7,5 %" (n.º 4, art.º 112º do CIMI).

- "Os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, **podem definir áreas territoriais**, correspondentes a freguesias ou zonas delimitadas de freguesias, que sejam objeto de operações de reabilitação urbana ou combate à desertificação, e

majorar ou minorar até 30% a taxa que vigorar para o ano a que respeita o imposto” (n.º 6, art.º 112º do CIMI).

- “Os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, **podem definir áreas territoriais** correspondentes a freguesias ou zonas delimitadas de freguesias e fixar uma **redução até 20%** da taxa que vigorar no ano a que respeita o imposto a aplicar aos prédios urbanos arrendados, que pode ser cumulativa com a definida no número anterior” (n.º 7, art.º 112º do CIMI).

- “Os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, **podem majorar até 30%** a taxa aplicável a prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens” (n.º 8, art.º 112º do CIMI).

- “Os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, podem **majorar até ao dobro** a taxa aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono, não podendo da aplicação desta majoração resultar uma coleta de imposto inferior a (euro) 20 por cada prédio abrangido” (n.º 9, art.º 112º do CIMI).

- “Consideram-se prédios rústicos com áreas florestais em situação de abandono aqueles que integrem terrenos ocupados com arvoredos florestais, com uso silvo-pastoril ou incultos de longa duração, e em que se verifiquem, cumulativamente, as seguintes condições:

- a) Não estarem incluídos em zonas de intervenção florestal (ZIF), nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 127/2005, de 5 de Agosto;
- b) A sua exploração não estar submetida a plano de gestão florestal elaborado, aprovado e executado nos termos da legislação aplicável;
- c) Não terem sido neles praticadas as operações silvícolas mínimas necessárias para reduzir a continuidade vertical e horizontal da carga combustível, de forma a limitar os riscos de ignição e propagação de incêndios no seu interior e nos prédios confinantes” (n.º 10, art.º 112º do CIMI).

- “Constitui competência dos municípios proceder ao levantamento dos prédios rústicos com áreas florestais em situação de abandono e à identificação dos respetivos proprietários, até 30 de Março de cada ano, para posterior comunicação à Direcção-Geral dos Impostos” (n.º 11, art.º 112º do CIMI).



- “Os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, **podem fixar uma redução até 50%** da taxa que vigorar no ano a que respeita o imposto a aplicar aos prédios classificados como de interesse público, de valor municipal ou património cultural, nos termos da respetiva legislação em vigor, desde que estes prédios não se encontrem abrangidos pela alínea n) do n.º 1 do artigo 44º do Estatuto dos Benefícios Fiscais” (n.º 12, art.º 112º do CIMI).

- “No caso de as deliberações compreenderem zonas delimitadas de freguesias ou prédios individualmente considerados, das comunicações referidas no número anterior deve constar a indicação dos artigos matriciais dos prédios abrangidos, bem como o número de identificação fiscal dos respetivos titulares.” (n.º15, art.º 112º do CIMI).

- “Para efeitos da aplicação da taxa do IMI prevista no n.º 3, a identificação dos prédios ou frações autónomas em ruínas compete às câmaras municipais e deve ser comunicada à Direcção-Geral dos Impostos, nos termos e prazos referidos no n.º 14” (n.º 16, art.º 112º do CIMI).

- “Os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, **podem fixar uma redução da taxa** do imposto municipal sobre imóveis que vigorar no ano a que respeita o imposto, a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim, **atendendo ao número de dependentes** que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar, de acordo com a seguinte tabela (art.º 112º-A do CIMI):

N.º dependentes a cargo	Dedução fixa (em €)
1	20
2	40
3 ou mais	70

- “Ficam sujeitos a uma redução de 50 % da taxa de imposto municipal sobre imóveis os prédios previstos na alínea d) do n.º 1 do artigo 6.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis que sejam exclusivamente afetos à produção de energia a partir de fontes renováveis”, mediante requerimento devidamente documentado e apresentado pelos sujeitos passivos. (art.º 44º-A do EBF).



- “Os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, **podem fixar uma redução até 25%** da taxa do imposto (...) a vigorar no ano a que respeita o imposto, a aplicar aos prédios urbanos com eficiência energética”. Este benefício vigora pelo prazo de 5 anos e fica sujeito a requerimento devidamente documentado e apresentado pelos sujeitos passivos (art.º 44-B, n.º 1 e n.º 7 do EBF).

- “Os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, **podem fixar uma redução, até 50%**, da taxa de imposto (...) que vigorar no ano a que respeita o imposto, a aplicar aos prédios rústicos integrados em áreas classificadas que proporcionem serviços de ecossistema não apropriáveis pelo mercado, desde que sejam reconhecidos como tal pelo instituto da Conservação da Natureza e Florestas, I.P”. Este benefício vigora pelo prazo de 5 anos e fica sujeito a requerimento devidamente documentado e apresentado pelos sujeitos passivos (art.º 44º-B, n.º 3 e n.º 7 do EBF).

- Ficam isentos de IML, por um período de 3 anos, os prédios concluídos há mais de 30 anos ou localizados em áreas de reabilitação urbana que sejam objeto de intervenções de reabilitação de edifícios e cujo estado de conservação fique avaliado dois níveis acima do anteriormente atribuído, e tenha, no mínimo, um nível bom nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, sendo também cumpridos os requisitos de eficiência energética e de qualidade térmica (art.º 45º do EBF).

- Ficam isentos de imposto municipal sobre imóveis, por um período de 3 anos e no caso de valor patrimonial tributário igual ou inferior a €125.000,00, “os prédios ou parte de prédios urbanos habitacionais construídos, ampliados, melhorados ou adquiridos a título oneroso, destinados à habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, cujo rendimento colectável, para efeitos de IRS, no ano anterior, não seja superior a (euro) 153 300, e que sejam efectivamente afectos a tal fim, no prazo de seis meses após a aquisição ou a conclusão da construção, da ampliação ou dos melhoramentos, salvo por motivo não imputável ao beneficiário, devendo o pedido de isenção ser apresentado pelos sujeitos passivos até ao termo dos 60 dias subsequentes àquele prazo”. (n.º 1 e 5 do art.º 46º EBF).

- Ficam igualmente isentos, por um período de 3 anos e no caso de valor patrimonial tributário igual ou inferior a €125.000,00, “os prédios ou parte de prédios construídos de novo, ampliados, melhorados ou adquiridos a título oneroso, quando se trate da primeira transmissão, na parte destinada a arrendamento para habitação (...) iniciando-se o período de isenção a partir da data da celebração do primeiro contrato de arrendamento (n.º 3 e 5 do art.º 46º do EBF).



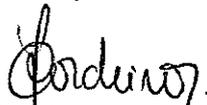
- Conforme disposto no n.º 14 do art.º 112º, as deliberações da assembleia municipal devem ser comunicadas à Autoridade Tributária e Aduaneira, por transmissão eletrónica de dados, para vigorarem no ano seguinte, **até 31 de dezembro**, aplicando-se a taxa mínima referida na alínea c) do n.º 1, caso as comunicações não sejam recebidas até aquela data.

Informo também, que de acordo com o Programa Municipal de apoio extraordinário no âmbito do COVID-19, que entrou em vigor a 14 de abril de 2020, foi proposto a redução da taxa de IMI em 0,05 para os prédios urbanos de habitação própria e permanente, fixando a taxa em 0,35.

Conclusão:

Pelo exposto sugere-se que este assunto venha a ser submetido à apreciação do Órgão Executivo **para elaboração de proposta relativa à fixação da taxa do IMI respeitante ao ano de 2020**, a cobrar em 2021, **bem como possíveis majorações/minorações e reduções**, com posterior remessa à Assembleia Municipal para a competente deliberação, conforme disposto na alínea d) do n.º1 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, devendo a respetiva comunicação à Autoridade Tributária e Aduaneira ser efetuada até dia 31 de dezembro, sob pena de ser aplicada a taxa mínima, conforme estipulado no n.º 14 do art.º 112º do CIMI.

O Técnico Superior de Contabilidade,



João Filipe Batista Cordeiro



EVOLUÇÃO IMI

Un.: Euros

	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019	Jan. a set. 2020
IMI	7 635 465,62	8 011 781,09	9 450 981,81	10 641 081,78	12 400 429,10	13 426 134,10	12 852 230,15	12 954 964,41	13 483 524,81	13 159 532,35	8 817 466,95
Evolução em valor		376 315,47	1 439 200,72	1 190 099,97	1 759 347,32	1 025 705,00	-573 903,95	102 734,26	528 560,40	-323 992,46	
Evolução em percentagem		4,93%	17,96%	12,59%	16,53%	8,27%	-4,27%	0,80%	4,08%	-2,40%	
Taxas Aplicadas	0,65%/0,35%	0,65%/0,35%	0,70%/0,40%	0,70%/0,40%	0,70%/0,40%	0,40%	0,40%	0,40%	0,40%	0,40%	0,40%

				Jan. a out. 2013	Jan. a out. 2014	Jan. a out. 2015	Jan. a out. 2016	Jan. a out. 2017	Jan. a out. 2018	Jan. a out. 2019	Jan. a out. 2020
IMI				7 084 015,31	8 890 819,30	9 469 003,10	8 844 921,05	8 950 536,16	9 370 718,00	8 855 814,98	8 817 466,95
Evolução em valor					1 806 803,99	578 183,80	-624 082,05	105 615,11	420 181,84	-514 903,02	-38 348,03
Evolução em percentagem					25,51%	6,50%	-6,59%	1,19%	4,69%	-5,49%	-0,43%

Reduções Taxa IMI aprovadas:								Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020
1 dependente								20,00	20,00	20,00	20,00
2 dependentes								40,00	40,00	40,00	40,00
3 dependentes								70,00	70,00	70,00	70,00

Nota: A taxa a fixar respeitante ao ano de 2020 será cobrada apenas em 2021

